



SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças para os equipamentos de inspeção de volumes de bagagem de mão com raio-X (scanner) da marca Nuctech, modelo CX6040BI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL POR ANO R\$
1	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para equipamento de inspeção de volumes de bagagem de mão com raio-x (scanner), modelo CX6040BI, fabricante Nuctech.	97381	Serviço	12	1.282,33	15.387,96
2	Valor anual estimado para reembolso de peças de reposição					20.872,45
VALOR TOTAL ESTIMADO						36.260,41

* O item 1 será objeto de disputa pelo menor valor para a prestação dos serviços.

** O Item 2 é uma estimativa de valor anual para reembolso de peças que, se necessário, forem utilizadas nas manutenções preventivas e corretivas. Esse valor é fixo e não será objeto de disputa no certame licitatório.

*** O valor estimado teve como base 25 % (vinte e cinco por cento) do valor depreciado do equipamento.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a necessidade de tais serviços se estende por mais de um exercício, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. Foi utilizada, para elaboração do presente Termo de Referência, a [Minuta - Modelo de Termo de Referência - Serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra](#), atualizada em maio de 2023, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

- I - ID PCA no PNCP: 04898488000177-0-000001/2023.
- II - Data de Publicação no PNCP: 25 de maio de 2023.
- III - Id do item no PCA: 65.
- IV - Classe/Grupo: 6350 - Sistemas diversos de sinalização, alarme e detecção para segurança.
- V - Identificador da Futura Contratação: 393001-5/2023.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. utilizar materiais constituídos preferencialmente, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável;
- 4.1.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 4.1.3. que seja feito o descarte ambientalmente responsável de qualquer resíduo do serviço a ser prestado – incluindo consumíveis, peças usadas, embalagens e de materiais, e forneça declaração de pleno conhecimento das Leis nº 9.605, de 1998 e a Lei nº 12.305, de 2010.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação, quando houver a necessidade fornecimento de bens em substituição a outros eventualmente danificados e irrecuperáveis, a substituição deverá ser feita por outro da mesma marca e modelo utilizados atualmente, em decorrência de necessidade de padronização do objeto, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Não será exigida carta de solidariedade no presente certame pois pode restringir sua competitividade.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.6. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.7. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.9. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Reajustamento de Preços

4.10. Em conformidade com o inciso I do § 4º do artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021, o preço do serviço contratado será reajustado com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPC-A.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O início da execução do objeto: 05 (cinco) dias úteis, a contar da assinatura do contrato.

5.1.2. A contratada deverá:

5.1.2.1. enviar, em até 05 (cinco) dias úteis, funcionário devidamente qualificado para realizar vistoria do equipamento, a qual deverá ser acompanhada, preferencialmente, pelo fiscal do contrato.

5.1.2.2. após a realização da vistoria, a Contratada deverá apresentar um diagnóstico acerca das condições do equipamento, no prazo de 24 horas, bem como apresentar plano de manutenção preventiva.

5.1.2.3. tanto na manutenção preventiva quanto na corretiva, a Contratada deverá elaborar e preencher um relatório discriminando a marca/modelo, e o resultado das aferições e inspeções, apresentando de forma detalhada, os resultados encontrados/obtidos.

5.1.2.4. caso a Contratante identifique algum mal funcionamento, poderá requisitar, por meio de Ordem de Serviço, a visita técnica de responsável da Contratada para manutenção corretiva.

5.1.2.5. a visita de responsável técnico acionado via Ordem de Serviço deverá ocorrer em, no máximo, 48h.

Manutenção preventiva

5.1.2.6. a manutenção preventiva deverá ocorrer em intervalo de, no máximo, 90 (noventa) dias.

5.1.2.7. os serviços de manutenção preventiva serão executados nas dependências da CONTRATANTE, em Brasília-DF, em regime de visitas programadas, efetuadas periodicamente, mediante agendamento com a ANTT, independentemente de requisição.

5.1.2.8. a CONTRATADA será responsável por propor todos os procedimentos de manutenção preventiva exigidos pela legislação e por normas pertinentes, mesmo que esses procedimentos não estejam explicitamente listados neste Termo de Referência, respondendo por quaisquer danos resultantes de eventuais omissões.

5.1.2.9. considera-se manutenção preventiva aquela com vistas a prevenir a ocorrência de falhas e mal funcionamento dos componentes e sistemas do equipamento, consistindo em inspeções periódicas, contemplando verificações, limpezas, lubrificações, regulagens e reparos, executados em obediência a um Plano de Manutenção, que deverá ser apresentado à Contratante em até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do contrato e que deverá levar em consideração as orientações do manual do fabricante do equipamento.

5.1.2.10. na manutenção preventiva poderá haver o reparo de peças, componentes e sistemas do equipamento ou, quando o seu conserto não for viável técnica e economicamente, poderá haver, caso necessário, a substituição por peças, componentes e sistemas novos, desde que estejam fora da garantia do fabricante.

5.1.2.11. a eventual inviabilidade técnica de reparo e necessidade de substituição por peça, componente ou sistema novo deverá ser devidamente justificada e previamente aprovada pela Contratada.

- 5.1.2.12. a eventual inviabilidade econômica de reparo e necessidade de substituição por peça, componente ou sistema novo deverá ser devidamente justificada e previamente aprovada pela Contratada, que deverá considerar a melhor relação custo / benefício para a Administração.
- 5.1.2.13. após a realização de cada manutenção preventiva, a Contratada deverá enviar à Contratante um relatório consolidado com as ações realizadas na manutenção.
- 5.1.2.14. a manutenção preventiva do equipamento de inspeção de volumes de bagagem de mão com raio-x (scanner), modelo CX6040BI, fabricante Nuctech, deverá atender, no mínimo, aos seguintes procedimentos:
- a) Avaliação da conservação, alinhamento das cortinas de proteção do túnel de inspeção e da distância da esteira transportadora;
 - b) Verificação de eventuais avarias externas do equipamento e demais sistemas como monitores, teclado, cabos, painéis laterais, etc., conforme previsto no manual de manutenção do equipamento;
 - c) Realização de limpeza geral de todo o equipamento, externa e internamente;
 - d) Repor etiquetas adesivas de instrução danificadas ou ausentes;
 - e) Verificação de todos os elementos de controle: o estado mecânico dos elementos de controle;
 - f) Indicação para substituição, quando necessário, teclas e lentes de indicadores danificados, testar todos os micros-switches e botoeiras quanto ao adequado acionamento;
 - g) Verificação da fiação de terra;
 - h) Verificação de todos os cabos;
 - i) Realização de inspeção visual de todos os cabos e conectores quanto a danos;
 - j) Verificação da tensão de alimentação ajustada com rede externa;
 - k) Verificação dos interruptores de parada de emergência;
 - l) Verificação do sistema de inter travamento;
 - m) Verificação e teste da atuação de todos os sistemas de proteção;
 - n) Verificação e limpeza da esteira transportadora;
 - o) Verificação do ventilador da unidade de processamento: fonte, processador e rígido;
 - p) Verificação do controle do gerador: ajuste, aferição e calibração da unidade de controle dos raios X- XRC – conforme manual técnico específico do fabricante;
 - q) Verificação e ajuste de alinhamento do feixe de raios X;
 - r) Verificação da linha de sinal “scroll” dos módulos detectores;
 - s) Verificação do ajuste dos monitores / programação, bem como limpeza;
 - t) Verificação de contadores: parâmetros de programação e o volume do arquivo IMS;
 - u) Funções de Teste: Verificar se todas as funções do equipamento disponíveis estão ativas, apontando irregularidades e atualizando o “software” quando necessário, utilizando-se “software” original do fabricante.

Manutenção corretiva

- 5.1.2.15. Considera-se manutenção corretiva aquela que ocorre após uma falha ou pane que impede o funcionamento de algum componente ou do equipamento como um todo, e envolve reparos, inclusive reposição de peças, de modo a restaurar o seu pleno funcionamento.
- 5.1.2.16. A manutenção corretiva deverá ter início em até 1 (um) dia útil, a contar do envio da Ordem de Serviço (Anexo III deste Termo de Referência).

5.1.2.17. Os serviços serão executados de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 18:00 horas, exceto feriados locais e nacionais, seguindo as rotinas de manutenção específicas recomendadas pelo fabricante. Será admitida a execução de serviços em horários diferentes daqueles acima descritos desde que acordado entre partes, e neste caso, não implicará em adicional de preço baseado em acréscimos relativos aos prêmios de horas extras.

5.1.2.18. na manutenção corretiva poderá haver o reparo de peças, componentes e sistemas do equipamento ou, quando o seu conserto não for viável técnica e economicamente, poderá haver, caso necessário, a substituição por peças, componentes e sistemas novos, desde que estejam fora da garantia do fabricante.

5.1.2.19. a eventual inviabilidade técnica de reparo e necessidade de substituição por peça, componente ou sistema novo deverá ser devidamente justificada e previamente aprovada pela Contratada.

5.1.2.20. a eventual inviabilidade econômica de reparo e necessidade de substituição por peça, componente ou sistema novo deverá ser devidamente justificada e previamente aprovada pela Contratada, que deverá considerar a melhor relação custo / benefício para a Administração.

5.1.2.21. Os serviços de manutenção corretiva têm caráter eventual, e serão prestados mediante a comprovação de sua necessidade, e prévia apresentação de orçamento, inclusive com a discriminação do valor de reposição de peças e componentes, e que deverá ser previamente aprovado pela da Contratante.

5.1.2.22. a manutenção corretiva deverá atender, no mínimo, aos seguintes procedimentos:

a) Correção do defeito em até 3 (três) dias úteis contados da aprovação do orçamento prévio. Será admitida a prorrogação dos prazos acima sempre que acordado entre as partes ou quando houver a necessidade de troca de partes e peças. No caso da necessidade de troca de partes e peças, o prazo de correção do problema passa a ser o prazo estabelecido para o fornecimento das partes e/ou peças.

b) Caso a Contratada não consiga atender, deverá comunicar a Contratante de maneira prévia o motivo pelo não atendimento ao prazo e já informar a diligência a ser adotada para solução do problema;

c) A Contratada deverá substituir a peça com defeito de modo a deixar o equipamento como um todo operante, bem como preservar as características e especificações do item 5.6.1 deste Termo de Referência;

d) Após a conclusão dos serviços, o relatório deverá ser assinado pelo responsável da contratante, certificando o cumprimento da manutenção.

5.1.2.23. A Contratada, se necessário for, deverá substituir as seguintes peças do equipamento de inspeção de volumes de bagagem de mão com raio-x (scanner), modelo CX6040BI, fabricante Nuctech, contratadas, elencadas abaixo:

1	Botão de Emergência do Teclado de Operação	R\$ 518,00
2	Botão de Emergência Chassi do Scanner	R\$ 805,00
3	Cabo de alimentação	R\$ 1.480,00
4	Chave de Console	R\$ 660,00
5	Contator AC	R\$ 285,00
6	Contator DC	R\$ 285,00
7	Computador industrial	R\$ 28.900,00
8	Disco Rígido	R\$ 14.925,00
9	Disjuntor	R\$ 289,00
10	Filtro CA	R\$ 189,00
11	Memória	R\$ 1.800,00
12	Micro Switch – Interruptor de Segurança	R\$ 110,00
13	Monitor LCD 17" 1280x1024 pixels	R\$ 2.900,00
14	Mouse	R\$ 110,00
15	Nobreak (potência máxima 3kva/2.7kw isolado, entrada 220v, saída 110/220v, frequência 60hz e corrente de entrada 15ª)	R\$ 9.720,00
16	Roleta Esticador	R\$ 1.480,00
17	Sensor Fotoelétrico	R\$ 2.630,00

18	Tira para Cortina Plumbífera	R\$ 190,00
19	Ventilador DC	R\$ 380,00
20	Computador Industrial	R\$ 28.380,00
21	Correia Transportadora	R\$ 13.930,00
22	Cortina Plumbífera PN	R\$ 6.800,00
23	DAQ Board – Placa Detectora de Fotodiodos	R\$ 28.600,00
24	Detector Module – Módulo Detector de Fotodiodos	R\$ 23.380,00
25	Fonte de Alimentação CC	R\$ 7.445,00
26	Gerador de Raios-X 160kv com conectores J11, J15 e J16	R\$ 46.280,00
27	Inversor de Frequência para Correia Transportadora	R\$ 9.600,00
28	Placa de Vídeo	R\$ 3.830,00
29	Placa de Controle MCB (Mother Control Board)	R\$ 26.800,00
30	Quadro de Distribuição E04 – Módulo de Potência	12.000,00
31	Rolete Induzido Direcional	R\$ 9.800,00
32	Rolete Motorizado	R\$ 22.800,00
33	Teclado de Operação PDM	R\$ 11.800,00
34	Transformador 1800va	R\$ 7.900,00

5.1.2.24. Os valores inseridos na tabela acima são os praticados pela fabricante do equipamento de propriedade da ANTT.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no endereço da sede da ANTT ou, caso autorizado pela Contratante, no estabelecimento da Contratada.

5.3. Os serviços serão prestados em horário comercial.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. Para a execução dos serviços objeto deste termo não serão indicadas rotinas específicas a serem observadas.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Pelas características do objeto, não será solicitada a disponibilização de materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem com base as seguintes características:

5.6.1. O equipamento de inspeção de volumes de bagagem de mão com raio-X (scanner) da marca Nuctech, modelo CX6040BI, fabricante Nuctech possui as seguintes características, especificações e componentes que devem ser preservados e mantidos sempre funcionais:

- I - Scanner Raio-X com esteira na parte frontal e traseira;
- II - Estrutura robusta e resistente a impactos mecânicos como colisão, choque e pressões provocadas pelo fluxo normal de bagagens;
- III - Dimensões mínimas do túnel: Largura: 530mm x Altura: 335mm;
- IV - Dimensões máximas do túnel: Largura: 620 mm x Altura: 420mm;
- V - Equipamento com túnel de inspeção blindado, nas áreas sujeitas à incidência de raios-X, para impedir vazamento de radiação;
- VI - Cortinas de material flexível na entrada e saída do túnel, capazes de bloquear raios-X, e que não poderão interferir na formação da imagem capacidade de apresentação de imagem;

- VII - CPU interna com disco rígido para gravação de imagem de no mínimo 500GB e memória RAM de no mínimo 2 GB;
- VIII - Possuir 01 (Um) Monitor de LED, com tela de no mínimo 19" e máximo 24", devendo garantir imagens livres de interferência quando a esteira estiver em movimento;
- IX - Possuir 01 (uma) UPS (nobreak) com autonomia de 10 minutos de acordo com especificação enviada;
- X - Alimentação bivolt (127/220 V) ac;
- XI - Tensão do Gerador - mínimo 140KV;
- XII - Possuir 02 (duas) extensões de túnel com mínimo de 50mm e máximo de 200mm de comprimento cada;
- XIII - Possuir esteira na parte frontal e traseira do equipamento, com correia em material emborrachado, impermeável;
- XIV - Carga mínima de capacidade da esteira: 100 kg;
- XV - O scanner por raios X deve possuir velocidade da esteira transportadora interna entre 0,20 m/s a 0,30 m/s;
- XVI - O scanner deve operar nos dois sentidos de deslocamento, mesmo operando na sua capacidade máxima de carga suportada, sem prejuízo da imagem escaneada;
- XVII - Altura mínima da esteira a partir do piso: 600 mm;
- XVIII - A esteira transportadora interna do túnel do scanner deve ter comprimento mínimo de 400 mm e máximo de 1000 mm de cada lado, fora do túnel;
- XIX - Permitir o acionamento da esteira independentemente da emissão dos raios-X;
- XX - Possuir zoom eletrônico de, no mínimo, 50 (cinquenta) vezes;
- XXI - Possuir função de auto diagnóstico, para facilidade de manutenção;
- XXII - Possuir botões para desligamento do sistema, em caso de emergência;
- XXIII - Possuir sinalização visual ao público, durante a emissão de raios X;
- XXIV - Possuir sensor de presença nas extremidades do túnel, de maneira a acionar os raios-X apenas quando detectada a presença de um ou mais volumes na esteira;
- XXV - Os diferentes tipos de materiais devem poder ser apresentados distintamente com cores por intermédio de multienergia de acordo com seu número atômico, distintos, no mínimo, em três níveis.
- XXVI - Possuir função específica para facilitar a identificação de objetos obscurecidos por materiais de alta absorção e para materiais de baixa absorção, tanto para imagem colorida, quanto para imagem em preto e branco;
- XXVII - Possuir detecção dinâmica de materiais suspeitos conforme o número atômico do material, o equipamento deve ser fornecido com no mínimo a detecção de matérias na faixa de explosivos, e narcóticos e materiais de alta densidade, porém deve possibilitar a adição de novas faixas de materiais conforme a necessidade do órgão. A densidade relaciona a massa de um material ao volume que ele ocupa, sendo uma propriedade intrínseca do material. Como exemplo de materiais de alta densidade temos os metais (projéteis de arma de fogo comuns ou de alta performance) e não metais (cerâmicas, vidro, cristal);
- XXVIII - Prover resolução capaz de detectar um fio de cobre filiforme, com diâmetro menor ou igual a 0,1 mm ou 40 AWG (American WireGauge), segundo a norma ASTM F792-08 ou atualização;
- XXIX - Capacidade de apresentação de imagem no monitor nas seguintes opções: preto e branco e colorida (colorização da imagem em função de grupos de números atômicos observados) com diferenciação de material por tonalidade de cinza, gama variável, material orgânico, material inorgânico e vídeo reverso, permitindo os mais altos detalhes de resolução para todos os materiais e densidades, disponível sem a necessidade de pré-ajustes no painel de controle do operador. Ou seja, que possa permitir a melhor qualidade de imagem, assim, o equipamento tem que ser otimizado para obter a melhor resolução e contraste;

- XXX - O equipamento deverá ser dotado de função de revisão de imagens, possibilitando a apresentação de, pelo menos, as últimas imagens apresentadas na tela, sem a necessidade de retrocesso na esteira ou a repassagem do objeto pelo túnel; todas as funções de processamento de imagens deverão operar de forma simultânea;
- XXXI - Deverá ter geração de imagem criptografada incluindo internamente as informações do operador, hora data e número de série do equipamento que realizou a aquisição da imagem;
- XXXII - Possibilitar a exportação de forma segura das imagens, não perdendo informações importantes (os detalhes dos objetos que estão sendo vistoriados) para o rastreamento da imagem;
- XXXIII - O equipamento deverá possibilitar a exportação de imagens em arquivo de formato do tipo JPEG, TIFF ou BMP, para um computador remoto ou para dispositivos comuns de gravação, tais como gravador de CD-ROM ou pen drive, bem como a emissão de relatórios de dados do operador, histórico, quantidade de itens inspecionados, data e hora de inspeção e, também, de falhas apresentadas pelo equipamento;
- XXXIV - Possuir sistema de inserção de imagens de falsas ameaças, com capacidade superior a 300 (trezentas) imagens armazenadas, para supervisão e controle da qualidade dos operadores;
- XXXV - Atender as obrigatoriedades das normas do CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), em sua integralidade, incluindo a Isenção de Requisitos de Proteção Radiológica, de acordo com a Posição Regulatória 3.01/001 (Critérios de Exclusão Isenção e Dispensa de Requisitos de Proteção Radiológica) da Norma CNEN NN3.01 "Diretrizes Básicas de Proteção Radiológica";
- XXXVI - A dose de Raios X deverá ser compatível com as normas estabelecidas pela CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), sendo limitada a um nível considerado inofensivo para o organismo humano, produtos alimentícios ou medicamentos. O vazamento de radiação deve atender ao valor máximo de microSv/h a uma distância de 0,1m de qualquer superfície acessível do equipamento, conforme regulamentações estabelecidas pela norma CNEN, NN 3.01 e Posição Regulatória 3.01/001;
- XXXVII - Não interferir e ou sofrer interferência de qualquer natureza, nem mesmo eletromagnéticas ou eletrostáticas, de aparelhos ou estruturas metálicas, situadas a uma distância maior ou igual a 1(um) metro;
- XXXVIII - Possuir manuais em português do Brasil, abrangendo os níveis: Operador, Supervisor e Manutenção, contendo as características e especificações do equipamento; e - Instalação, fixação, ativação e testes inclusos na proposta.
- XXXIX - Dimensões máximas: A1600 X L880mm X C2090mm;
- XL - Peso máximo: 500 kg.
- XLI - Deverão estar inclusos todos os custos para o funcionamento efetivo do equipamento (material, software, mão-de-obra para instalação, treinamento e eventuais materiais elétricos que se fizerem necessários, exceto infraestrutura).

Especificações da garantia do serviço

- 5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada não necessitará de manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato ou respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

- 6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.
- 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.1.1.1. deixar de proceder a visita técnica em até 48h, o que enseja glosa de 0,1% do valor mensal do contrato, por dia de atraso.
 - 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, o que enseja glosa de 0,3% do valor mensal do contrato.
 - 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada, o que enseja glosa de 0,5% do valor mensal do contrato.
 - 7.1.1.4. reincidir nas irregularidades acima, o que ensejará a duplicação do valor glosado a partir das reincidências.
- Do recebimento**
- 7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 7 (sete) dias, pelos fiscais técnico e administrativo mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
 - 7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

- 7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
- 7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 7 (sete) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 7.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

7.29. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.30. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.31. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.32. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.33. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Regime de execução

8.2. O Regime de execução do contrato será a empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual** - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária**, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual ou Distrital (dependendo da localidade da contratada)* ou *Municipal ou Distrital (caso esteja em um município ou em Brasília)* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.18. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual ou Distrital (dependendo da localidade da contratada)* ou *Municipal ou Distrital (caso esteja em um município ou em Brasília)* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estaduais ou Distritais (dependendo da localidade da contratada)* ou *Municipais ou Distritais (caso esteja em um município ou em Brasília)* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar nº. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 8.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um);
- 8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 3 % do valor total estimado da parcela pertinente.
- 8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).
- 8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 8.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.28. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.29.1.1. Atestado ou declaração de capacidade técnica, fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa já prestou serviços compatíveis com o objeto deste Termo.

8.29.1.2. O atestado deverá ser emitido em papel timbrado e contendo todos os dados da empresa ou órgão emissor, bem como a individualização de seu signatário, cargo, telefones, e-mail ou qualquer outro elemento que permita a identificação e contato.

8.29.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.29.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.30.4. O registro previsto na [Lei nº 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 36.260,41** (trinta e seis mil duzentos e sessenta reais e quarenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela 1.1 deste TR.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I - Gestão/Unidade: 393001/39250

II - Fonte de Recursos: 1052000016

III - Programa de Trabalho: 26.122.0032.2000.0001

IV - Elemento de Despesa: 33903706 - MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS MOVEIS

V - Plano Interno: MANUTMOV

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
Nome: Carlos Alberto Coelho Cordeiro	Matrícula/SIAPE: 1717145
<p>(Assinatura Eletrônica)</p> <p>Carlos Alberto Coelho Cordeiro</p>	
Nome: Candida Machado P. Oliveira	Matrícula/SIAPE: 1352860
<p>(Assinatura Eletrônica)</p> <p>Candida Machado P. Oliveira</p>	
Nome: Márcio Xavier de Araújo	Matrícula/SIAPE: 2076777
<p>(Assinatura Eletrônica)</p> <p>Márcio Xavier de Araújo</p>	
APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA GERÊNCIA	
<p>(Assinatura Eletrônica)</p>	

Rafael Moya Fernandes Lopes

GERENTE DE RECURSOS LOGÍSTICOS

Aprovação do Termo de Referência pela autoridade competenteNome: **EDUARDO JOSÉ MARRA**

Matrícula/SIAPE: 1533949

Considerando as justificativas apresentadas pelo setor demandante no documento por meio do qual solicita a abertura de processo licitatório em questão e no Termo de Referência, e tendo em vista que este contempla os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto a ser contratado e orientar a execução e fiscalização contratual, assim como os demais elementos obrigatórios pertinentes exigidos na IN SEGES/ME N° 81/ de 25 de novembro de 2022, APROVO o referido documento.

*(Assinatura Eletrônica)***EDUARDO JOSÉ MARRA**

ORDENADOR DE DESPESA

ANEXO I**PLANILHA DE PREÇOS**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para equipamento de inspeção de volumes de bagagem de mão com raio-x (scanner), modelo CX6040BI, fabricante Nuctech.	97381	Serviço	12		
2	Valor anual estimado para reembolso de peças de reposição					R\$ 20.872,45
TOTAL GLOBAL						

* O item 1 será objeto de disputa pelo menor valor para a prestação dos serviços.

** O Item 2 é uma estimativa de valor anual para reembolso de peças que, se necessário, forem utilizadas nas manutenções preventivas e corretivas. Esse valor é fixo e não será objeto de disputa no certame licitatório.

*** Para se obter o valor global da contratação o licitante deverá fazer proposta para o item 1 e somar seu resultado anual ao valor estimado para o item 2.

ANEXO II
ENDEREÇOS DA SEDE DA ANTT

ENDEREÇOS	CONTATOS LOCAIS
SEDE DA ANTT EM BRASÍLIA DF Endereço: SCES Trecho 3 Polo 8 lote 10 Projeto Orla, Brasília -DF CEP: 70.200-003 Telefone: (61)34101013	Daniel Antonio da Mota Araujo

ANEXO III
ORDEM DE SERVIÇO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT	ORDEM DE SERVIÇO N° _____/20____
	Processo n° 50500. _____
	Nota de Empenho _____
Unidade Organizacional a ser entregue /Endereço de Entrega _____	
CEP - Telefone () - _____ Email:_____	
Empresa Contratada: _____	

CNPJ _____		
Endereço _____ Cidade _____ UF _____		
CEP _____	TEEFONE _____	EMAIL _____
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____		
Manutenção corretiva para equipamento de inspeção de volumes de bagagem de mão com raio-X (scanner) da marca Nuctech, modelo CX6040BI, fabricante Nuctech		

ANEXO IV
DECLARAÇÃO

Declaramos que seremos responsáveis pelo descarte ambientalmente responsável de qualquer resíduo do serviço a ser prestado – incluindo consumíveis, peças usadas, embalagens – e temos conhecimento da legislação ambiental sobre o descarte de materiais, em especial a Lei n. 9.605, de 1998 e a Lei n. 12.305, de 2010.

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Nome	
Cargo	
Qualificação(naturalidade e domicílio)	
OBS.: O signatário deve possuir poderes de administração estabelecidos em contrato social e/ou possuir procuração com poderes para assinar contratos em nome da empresa. A documentação comprobatória deverá ser encaminhada quando da assinatura do contrato	
Brasília, de de 2023.	
_____ Assinatura do representante legal da empresa	



Documento assinado eletronicamente por **CANDIDA MACHADO PEREIRA OLIVEIRA, Analista Administrativo**, em 05/10/2023, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO XAVIER DE ARAUJO, Coordenador(a)**, em 05/10/2023, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL MOYA FERNANDES LOPES, Gerente**, em 05/10/2023, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL ANTONIO DA MOTA ARAUJO, Coordenador(a)**, em 05/10/2023, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO COELHO CORDEIRO, Técnico Administrativo**, em 05/10/2023, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JOSE MARRA, Superintendente**, em 05/10/2023, às 20:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **17697710** e o código CRC **EEF4A32F**.